

Governo prepara minimoratória

Suspensão do pagamento da dívida das multinacionais e novas formas de tributação para remessa de lucros

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Moratória. Este é o último caminho do governo brasileiro, pressionado por reduzidíssimas reservas cambiais e a incapacidade de gerar superávits e sem condições políticas para ir ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Apesar dos desmentidos formais do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, de que "moratória é uma palavra que não consta de minha agenda", este foi o problema de fato apresentado pelo presidente Sarney aos líderes políticos da Aliança Democrática, pois depende de apoio do Congresso Nacional e de toda a sociedade para obter uma "moratória negociada" ou "moratória consentida" ou "redução de remessa de divisas".

Os políticos do PMDB formalmente consultados preferem a denominação de "minimoratória" para medidas como a suspensão do pagamento da dívida das multinacionais e empresas consorciadas e novas formas de tributação para remessa de



lucros para o Exterior. A nível interno, para reforço de caixa do governo e punição do sistema financeiro, a esses políticos foi apresentada a fórmula de criar um novo empréstimo compulsório desta vez sobre o lucro dos bancos.

Os parlamentares do PMDB, aos quais o presidente Sarney e o ministro Funaro apresentaram parte de

seus problemas e pediram apoio, informam que a "minimoratória" em estudos prevê que o governo arcaria apenas com a dívida de responsabilidade do Estado e de empresas estatais, com o que obteria a redução de cerca de 30% da dívida externa, sem que o País deixasse de honrar seus compromissos internacionais. A dívida das multinacionais e empresas consorciadas seria renegociada em prazos "razoáveis", a serem fixados nas próximas negociações.

A taxação sobre remessa de lucros das multinacionais serviria para o governo equilibrar o déficit público e cobrir despesas da área social. O presidente da Câmara dos Deputados, da Assembleia Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, não quis antecipar nenhuma das medidas econômicas, embora admitisse a deputados de sua intimidade que estas deverão ser adotadas antes do Carnaval, ou seja, nas próximas duas semanas.

Mesmo negando a moratória, o ministro da Fazenda afirmou, ontem, que é importante reduzir os custos da dívida, diminuindo as remessas correspondentes às parcelas dos juros. Repetiu várias vezes que qualquer medida terá que ser negociada com os bancos credores e que "não é um processo de suspensão automática de pagamentos".

O País caminha para a moratória

porque a outra alternativa, recorrer a um acordo — stand bay — com o FMI, foi liminarmente recusada pela liderança política, já que implicaria em contrapartida um programa de ajuste da economia inevitavelmente recessivo.

Na frente interna, a preocupação maior do PMDB e do PFL é com relação à taxa de juros, que seria enfrentada pela administração econômica com medidas paliativas como a eliminação, temporária, das aplicações em CDB prefixadas e a

tentativa de tabelamento do spread (diferença cobrada pelo banco entre a taxa de captação e a aplicação). Estas medidas teriam efeito imediato no plano psicológico, favorecendo uma queda razoável no custo do dinheiro, permitindo ao governo deixar passar o temporal inflacionário de fevereiro, na esperança de uma taxa menor em março, quando, então, a taxa de juros declinará acompanhando a inflação.

Em relação à moratória, há, ainda, a tese do ministro da Cultura,

Celso Furtado, de que, com a suspensão por prazo indeterminado dos juros da dívida, os bancos estrangeiros, que enfrentam legislações nacionais restritivas no sentido de obrigá-los a contabilizar a falta de pagamento com perda definitiva e inscrevê-la como créditos em liquidação, sofreriam prejuízos (inclusive pela obrigatoriedade de ampliar significativamente seus depósitos de segurança). Seria, então, o momento de negociar caso a caso, barganhando inclusive o retorno do fluxo de empréstimos ao País, segundo Furtado.